

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JESSICA PATRICIA ALVES BARBOSA

O PERFIL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DO ENDIVIDAMENTO E DO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DOURADOS/MS

2016

JESSICA PATRICIA ALVES BARBOSA

O PERFIL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DO ENDIVIDAMENTO E DO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Administração, Ciências
Contábeis e Economia da Universidade Federal
da Grande Dourados, como requisito parcial
para aprovação da disciplina de Trabalho de
Graduação II.

Orientadora Me. Cristiane Mallmann Huppés

Banca Examinadora:

Professor Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Professor Me. Rafael Martins Noriller

DOURADOS/MS

2016

O PERFIL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DO ENDIVIDAMENTO E DO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

JESSICA PATRICIA ALVES BARBOSA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora: Me. Cristiane Mallmann Huppes

Avaliador

Professor: Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Avaliador

Professor: Me. Rafael Martins Noriller

Aos meus pais que tanto amo e admiro; meu alicerce de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por conceder-me o dom da vida, por me iluminar nesta trajetória e por permitir que eu tivesse condições para chegar até aqui.

Aos meus pais Amantino e Aparecida, que nunca mediram esforços por mim e meus irmãos, apoiando-me em todos os momentos.

Aos meus irmãos e demais membros da minha família que sempre se preocuparam comigo e nunca deixaram de oferecer o seu apoio inestimável.

À minha professora orientadora Cristiane, que com seus ensinamentos e dedicação, me amparou na realização deste estudo, sempre presente e me auxiliando a sanar as frequentes dúvidas e desânimos (estes principalmente).

Aos demais professores que fizeram parte desta trajetória; talvez não saibam, mas foram de extrema importância.

Aos colegas de curso e amigos em geral, que nesses cinco anos compartilharam comigo alegrias, experiências e angústias, entre eles alguns em especial, como a Janielle, a Aline Hort, a Silvana Barros, o Rogério Santos, a Elisângela, a Andreia e a Rosemeire, enfim, a todos os demais, que levarei para o resto da minha vida.

Ao Lee, que sempre me incentivou e colaborou para que eu seguisse com entusiasmo na conclusão de mais uma etapa na minha vida.

Aos acadêmicos participantes desta pesquisa, que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos.

Meu mais sincero agradecimento a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação.

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por se omitir!”

(Augusto Cury)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa consiste em qualificar o perfil da educação financeira, do endividamento e do planejamento financeiro dos discentes de graduação da FACE/UFGD. Para alcançar este objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa por meio de um questionário que foi aplicado diretamente a 213 acadêmicos. Os resultados evidenciam que: há uma maior abrangência de acadêmicos do sexo masculino, com a faixa etária compreendida de até 25 anos, são solteiros, não possuem filhos, cursam Ciências Contábeis e são do primeiro ano de faculdade; a renda familiar líquida aproximada fica entre R\$ 881,00 e R\$ 1903,98 condicionada a vínculo empregatício e se consideram independentes financeiramente. A maioria dos acadêmicos avalia que obteve informações financeiras ao longo de sua vida provinda do âmbito familiar e por vontade própria, assim como também se preocupa com o futuro financeiro, mas não faz nada em relação a ele. Não possuem grandes compromissos financeiros, todavia, apesar de planejarem com antecedência os seus gastos, constatou-se que a maioria dos acadêmicos tem de 51% a 75% de sua renda comprometida com obrigações. Verifica-se que a maioria utiliza o cartão de crédito, tanto que 49,3% efetuam seu pagamento mensalmente, contudo, 32,9% não age da mesma forma. Esta situação pode ser explicada em virtude da maioria ser de fato jovem, inserida num contexto de uma sociedade consumista, que não foi educada para pensar no dinheiro, estando assim, mais propensos a gastar; um outro ponto importante a ser levado em conta é a inabilidade em lidar com o dinheiro, consequente da pouca experiência.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Endividamento. Planejamento Financeiro.

ABSTRACT

The objective of this research is to describe the profile of financial education, debt and financial planning of undergraduate students from FACE/UFGD. To achieve this goal, there was a descriptive research with quantitative and qualitative approach through a questionnaire that was applied directly to 213 scholars. The results show that: there is a wider range of male academics, with the age range of up to 25 years, are single, have no children, are studying Accounting and are the first year of college; the approximate net family income is between R\$ 881,00 and R\$ 1903,98 subject to employment and consider themselves financially independent. Most academic estimates that obtained financial information throughout its life stemmed from the family and willingly, as well as worries about the financial future, but does nothing about him. They do not have large financial commitments, however, even though plan ahead of your expenses, it was found that most academics have 51% to 75% of their income committed to obligations. It is found that most use credit card, so that 49.3% perform monthly payment, however, 32.9% does not act the same way. This can be explained because the majority being young fact, inserted in a context of a consumer society, which was not brought up to think of the money and are therefore more likely to spend; another important point to be taken into account is the inability to handle money, resulting in little experience.

Keywords: Personal Finance, Financial education, Indebtedness, Financial planning

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Finanças pessoais segundo o Modelo de Halpern	20
QUADRO 2 - Princípios e recomendações de educação financeira	22
QUADRO 3 - Gastos fixos e variáveis.....	26
QUADRO 4 - Títulos mais populares entre as pessoas físicas	32
QUADRO 5 - Critério de classificação econômica.....	43

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Pirâmide da tranquilidade financeira.....	24
FIGURA 2 - Curso X “Quando realizo uma compra, é porque planejei com antecedência” ..	47
FIGURA 3 - Curso X “Não tenho preocupação com meu futuro financeiro” ..	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População e amostra investigada.....	39
TABELA 2 – Curso dos respondentes	40
TABELA 3 – Gênero dos respondentes	40
TABELA 4 – Faixa etária dos respondentes	41
TABELA 5 – Ano de curso	41
TABELA 6 – Estado civil dos respondentes	42
TABELA 7 - Quantidade de filhos que os respondentes possuem	42
TABELA 8 – Independência financeira	42
TABELA 9 – Atividade remunerada/profissional.....	43
TABELA 10 - Faixa salarial.....	44
TABELA 11 – Educação financeira.....	45
TABELA 12 - Endividamento.....	47
TABELA 13 – Renda comprometida com obrigações mensais	48
TABELA 14 – Planejamento financeiro	49
TABELA 15 – Tempo que os acadêmicos manteriam o mesmo padrão de vida após a perda total de suas fontes de rendimentos	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADM – Administração
BCB – Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CDI – Certificado de Depósito Interbancário
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ETFs- *Exchange Traded Fund* - Fundos de ações baseados em índices
FACE – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FGC – Fundo Garantidor de Crédito
IEF – Instituto de Estudos Financeiros
IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IR – Imposto de Renda
LFT – Letra Financeira do Tesouro Nacional
LTN – Letra do Tesouro Nacional
MS – Mato Grosso do Sul
NBR – Norma Brasileira
Nº - Número
NTN – Nota do Tesouro Nacional
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
SC – Santa Catarina
TR – Taxa Referencial
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 REVISÃO TEÓRICA	18
2.1 FINANÇAS PESSOAIS	18
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	20
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	23
2.3.1 <i>Receitas</i>	25
2.3.2 <i>Despesas</i>	26
2.3.3 <i>Endividamento</i>	26
2.4 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS	27
2.4.1 <i>Caderneta de Poupança</i>	28
2.4.2 <i>Certificado de Depósito Bancário (CDB)</i>	29
2.4.3 <i>Fundos de Investimentos</i>	30
2.4.4 <i>Tesouro Direto</i>	31
2.4.5 <i>Ações</i>	32
3 METODOLOGIA	35
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	35
3.1.1 <i>A pesquisa quanto aos objetivos</i>	35
3.1.2 <i>A pesquisa quanto aos procedimentos</i>	36
3.1.3 <i>A pesquisa quanto à abordagem do problema</i>	37
3.2 OBJETO DE PESQUISA	37
3.2.1 <i>Procedimento de coleta de dados</i>	38
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1 ANÁLISE DO ASPECTO: PERFIL DOS RESPONDENTES	40
4.2 ANÁLISE DO ASPECTO: EDUCAÇÃO FINANCEIRA	44
4.3 ANÁLISE DO ASPECTO: ENDIVIDAMENTO	46
4.4 ANÁLISE DO ASPECTO: PLANEJAMENTO FINANCEIRO	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	53
6 REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO	59
ANEXO I – PL Nº. 3401 DE 2004	61
ANEXO II – REQUERIMENTO À FACE/UFMG	62
ANEXO III – RESPOSTA AO REQUERIMENTO	63

1 INTRODUÇÃO

Finanças é um tema presente diariamente na vida das pessoas, visto que constantemente se deparam com possibilidades de consumo que são maiores do que os seus recursos. Segundo Cherobim e Espejo (2010, p. 1), “finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família”. Medeiros e Lopes (2014) afirmam que, como o mercado possui rápidas e profundas transformações, questões como a inflação, as taxas de juros e a carga tributária, impactam diretamente nas decisões econômicas de toda sociedade, afetando assim, o planejamento financeiro familiar.

As finanças pessoais têm como objetivo, dar condições aos indivíduos, terem uma vida financeira saudável. Nesta perspectiva, se faz necessário este conhecimento desde as séries iniciais, viabilizando o conhecimento para que as pessoas pensem no dinheiro do ponto de vista de gestão (SILVA, 2004). Ao que tudo indica, de acordo com Silva (2004), a maioria da população tem dificuldade em relacionar-se com o dinheiro. Diariamente estão acessíveis artigos, palestras e *web sites* que ponderam a necessidade de se inserir a gestão financeira pessoal no dia-a-dia do cidadão. Decisões como: trocar de automóvel, adquirir a casa própria, obter um plano de aposentadoria e previdência privada, investir o dinheiro que é tão difícil de ganhar e fácil e rápido de gastar, fazem parte do cotidiano. Ainda, segundo o autor, é imprescindível que o indivíduo se conheça e entenda o papel do dinheiro em sua vida, tendo em vista que muitas das dificuldades financeiras se originam deste aspecto.

Saito (2007, p. 98) escreve que “sucesso na gestão das finanças pessoais não está relacionado, exclusivamente ao nível de recursos financeiros acumulados por um indivíduo” e salienta que “a capacidade deste de planejar a sua disponibilidade para a realização de projetos pessoais e familiares” é, muitas vezes, mais importante.

Um levantamento feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2004) aponta que, como consequência da desregulamentação dos mercados financeiros, surge o aumento da concorrência para novos titulares de cartão de crédito, fato este que sobrecarrega muitos jovens com dívidas elevadas num momento em que eles estão tentando começar uma família e comprar uma casa.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 66), após a escolha e a delimitação do tema, que nesta pesquisa diz respeito às Finanças Pessoais, o próximo passo é transformar o tema em problema, que deve ser proposto em forma de pergunta. Ainda, segundo os autores, um problema de pesquisa “envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, para a qual se deve encontrar uma solução”. De acordo com Marconi e Lakatos (2008), o problema deve levar em considerações os seguintes aspectos: viabilidade, relevância, novidade, exequibilidade e oportunidade. Cervo e Bervian (1996, p. 67) complementam que “para bem se formular o problema, supõem-se conhecimentos prévios do assunto, além de uma imaginação criadora que, em grande parte, é responsável pelo progresso das ciências”.

Segundo Cherobim e Espejo (2010, p. 1), “em finanças pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro, para isso, os indivíduos e suas famílias necessitam entender como funciona esse processo”. Saito (2007, p. 7) aponta que:

no âmbito das finanças, esse domínio é adquirido por intermédio da Educação em Finanças Pessoais, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, de modo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras, tornando-se mais integrados à sociedade, com uma postura pró-ativa na busca de seu bem-estar.

Considerados os aspectos teóricos que apontam a importância das finanças pessoais, também foram estudadas pesquisas já publicadas, que exploram o tema. Dentre os trabalhos, são citadas algumas perguntas destas pesquisas, que serviram para a reflexão da presente pesquisa: “Como utilizar uma contabilidade pessoal e um planejamento financeiro como ferramenta de controle e gestão nas finanças pessoais?” (PIRES, 2005, p. 13); “Quais os fatores críticos para a implantação da Educação em Finanças Pessoais nas grades curriculares? Quais as estratégias podem fomentar a capacitação financeira dos indivíduos no âmbito escolar?” (SAITO, 2007, p. 9); “Como administrar as finanças pessoais para criação de patrimônio?” (GRUSSNER, 2007, p. 10); “Existe alguma relação entre educação financeira e endividamento?” (BARROS, 2010, p. 2); “De que maneira os contadores, em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá – SC realizam o seu planejamento e a gestão financeira pessoal?” (RAMOS, 2012, p. 14); e “Como conseguir um controle entre receitas e despesas para alcançar um equilíbrio no orçamento doméstico?” (LOPES, 2012, p. 5).

À luz destas leituras e reflexão sobre o tema, a presente pesquisa investiga: **Qual o perfil da educação financeira, do endividamento e do planejamento financeiro dos**

discentes de graduação da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados - FACE/UFGD?

1.2 OBJETIVOS

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 10) “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se pretende alcançar”. Neste contexto, Cervo e Bervian (1996) apontam que os objetivos definem a natureza do trabalho, o tipo de problema, o material a coletar. De acordo com Frota e Reis (2015) os objetivos são categorizados em geral e específicos, sendo que o objetivo geral apresenta uma dimensão mais ampla e os objetivos específicos definem metas específicas que correspondem aos desdobramentos do objetivo geral. Com base nos conceitos apresentados, a seguir são descritos o objetivo geral e os específicos que orientam esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo geral **qualificar o perfil da educação financeira, do endividamento e do planejamento financeiro dos discentes de graduação da FACE/UFGD.**

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral, bem como responder à pergunta de pesquisa, serão observados os passos descritos a seguir:

- Estudar teoricamente os aspectos que norteiam as definições de finanças pessoais, endividamento e planejamento financeiro;
- Caracterizar aspectos da educação financeira e da organização das finanças pessoais dos discentes de graduação da FACE/UFGD;
- Analisar o perfil do endividamento dos discentes de graduação da FACE/UFGD; e
- Verificar aspectos relativos ao planejamento financeiro dos discentes de graduação da FACE/UFGD.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para Oliveira (2011, p. 14), “a justificativa compreende a apresentação de forma clara e objetiva das razões de ordem teórica e ou prática que fundamentam a pesquisa”. Gil (2010), escreve que se trata da apresentação inicial do projeto e que inclui fatores que determinam a escolha do tema, argumentos relativos à importância da pesquisa e as possíveis contribuições para o conhecimento do tema em aspectos teórico ou prático.

A proposta de pesquisa é de iniciativa própria, em virtude do anseio de conhecimento sobre o tema: finanças pessoais. No que diz respeito à importância da pesquisa, Braido (2014) aponta que o consumo excessivo tem feito com que a população se endivida cada vez mais, chegando, em alguns casos, a ficar sem dinheiro para cumprir com os seus compromissos, tornando-se inadimplentes. Neste aspecto, Jordani et al (2014) afirmam que, por não terem habilidade em lidar com o dinheiro ou por não se preocuparem em fazer o planejamento financeiro, os endividados trabalham apenas para quitar suas dívidas.

Considerando-se a importância de se exercer a gestão das finanças pessoais, viver dentro do orçamento que dispõe e planejar, Borges (2013) ressalta a necessidade da educação financeira pessoal, de forma que as decisões tomadas venham a melhorar sua condição de vida nos aspectos de tranquilidade e de formação de patrimônio. Sendo assim, torna-se indispensável que o indivíduo conheça suas receitas e despesas. Silva (2004, p. 2) afirma que

um dos grandes problemas no orçamento é o profundo desconhecimento de quanto se gasta, principalmente aquelas despesas que não são mensuráveis (ou seja, aquele dinheiro que se coloca no bolso pela manhã e ao chegar em casa à noite, não faz a menor ideia de como ou onde foi gasto), bem como identificar os principais ralos de evasão que corroem o orçamento pessoal e familiar.

A OCDE (2004) constatou que muitas pessoas carecem dos conhecimentos e competências necessários para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais como também desconhecem a própria necessidade de tais conhecimentos. É importante o conhecimento individual e familiar das finanças, mais precisamente, qual sua renda e o que podem gastar sem gerar excessos de comprometimentos financeiros e, a partir disso, a consequência que esse conhecimento ou a falta dele pode ocasionar nas suas decisões rotineiras.

Estudos feitos pelo Banco Central do Brasil - BCB (2013, p. 12), observam que, “infelizmente, não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças”. A partir do momento que conhecerem a sua realidade

financeira com suas possíveis limitações, terão a base necessária para efetuar sua gestão de forma cautelosa, precavendo-se de imprevistos financeiros e vivendo dentro do orçamento.

Vendo como base os descritos que antecedem, justifica-se a importância dessa pesquisa, visto que a saúde financeira, cada vez mais, se torna alvo de preocupação, sendo fundamental a gestão das finanças pessoais para que se obtenha a satisfação das necessidades e desejos, onde o indivíduo esteja atento aos seus gastos de forma a não comprometer o seu futuro. A escolha do público alvo, os discentes de graduação da FACE/UFGD, se deu pela acessibilidade de aplicação de um questionário que possibilite o desenvolvimento, a execução e a conclusão da presente pesquisa.

2 REVISÃO TEÓRICA

De acordo com Oliveira (2011) a revisão teórica é a parte que fundamenta a pesquisa e é a base de sustentação teórica, que mostra ligações entre a bibliografia a ser pesquisada e o problema de pesquisa que se pretende solucionar. Ela “compõe-se da evolução do tema e ideias de diferentes autores sobre o assunto” (OLIVEIRA, 2011, p. 15). Conforme a Norma Brasileira (NBR) 10520/2002, deve conter citações textuais ou livres, com indicação dos autores. Gil (2010) complementa que essa é a parte da pesquisa que é dedicada à contextualização teórica do problema e seu relacionamento com o que tem sido investigado a respeito. Para Markoni e Lakatos (2006, p. 227):

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância.

Correspondendo ao descrito, a seguir serão tratados e definidos aspectos relativos às finanças pessoais; à educação financeira; ao planejamento financeiro pessoal - com enfoque às receitas, às despesas e ao endividamento; e; algumas opções de investimentos.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Segundo Lizote, Simas e Lana (2012), após o Brasil atravessar uma grave crise econômica na década de 80, foi que o assunto finanças pessoais ganhou importância e a preocupação de todos. Logo na década seguinte, juntamente com o Plano Real, verificou-se o crescimento da inflação e da dívida interna e externa, a queda de investimentos e uma grande redução no Produto Interno Bruto (PIB), fatores estes que mexeram drasticamente no bolso dos brasileiros.

Muito se tem falado neste assunto também nos últimos tempos devido à atual crise econômica que o país está passando, trazendo como consequência a inflação, o que reduz o poder aquisitivo das pessoas. Nesta situação aumenta-se o risco de inadimplência e as restrições ao crédito. A Carta Capital (2015) reforça essa ideia ao afirmar que a crise agrava a situação do país tornando-o vulnerável a um ajuste fiscal que atinge em cheio as parcelas frágeis da sociedade, restringindo o crédito e afetando negativamente os investimentos e empregos. Posto isso, se faz necessário ainda mais entender as finanças pessoais e efetuar a sua gestão.

Na concepção de Gitman (2004, p. 4), finanças pode ser definida como “a arte e a ciência da gestão do dinheiro”. Bodie e Merton (1999, apud JORDANI et al, 2014) ressaltam que finanças está relacionada à alocação de recursos escassos pelo indivíduo ao longo do tempo. Ainda segundo Gitman (2004), a sua compreensão permitirá uma melhor tomada de decisões financeiras pessoais.

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Em finanças pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

Para Cardoso (2013) planejar, organizar e controlar, são conceitos que definem a ideia de finanças pessoais. Por conseguinte, Lizote, Simas e Lana (2012) complementam que como ganhar bem e como gastar bem é o problema que lidam as finanças pessoais. Conforme Cherobim e Espejo (2010), este é um tema necessário que ocupa espaço da vida das pessoas, principalmente da sua conta bancária.

Ainda de acordo com Cherobim e Espejo (2010), o acompanhamento de patrimônio e de gastos, gestão de conta corrente, estudos de opções de investimento, planos de aposentadoria, são tarefas associadas às finanças pessoais que influenciam fatos econômicos, como inflação, taxas de juros, impostos etc. Quando a taxa de juros sobe, por exemplo, todas as demais taxas também sobem. Sendo assim, todo cuidado é pouco ao utilizar o limite do cheque especial ou do cartão de crédito, pois, além de as taxas de juros já serem abusivas, esses aumentos ainda podem ocorrer a qualquer momento.

Souza e Torralvo (2004) apontam que, a dificuldade de encontrar formas de administrar as próprias finanças pessoais, reside no fato de existir muita diferença entre suas receitas e despesas. Também, está cada vez maior o consumismo, fator este que diminui as possibilidades de poupança.

O Quadro 1 apresenta as finanças pessoais tratadas sob três aspectos segundo o Modelo de Halpern:

Aspectos	Conteúdo
Gestão do crédito	A oferta do crédito é muito importante para o crescimento do país, pois eleva o poder aquisitivo da população, gera produção e empregos, fazendo com que as pessoas realizem seus objetivos com facilidade e em tempo hábil. Em contrapartida, é fundamental atentar-se para a sua correta utilização, de forma que não comprometa seu orçamento.
Gestão de investimentos	Investimentos são a aplicação de recursos que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os mesmos. Todavia, verifica-se a necessidade de que, primeiramente, o indivíduo organize suas finanças para iniciar a gestão de qualquer investimento e também que tenha a definição clara de como serão aplicados estes recursos.
Educação financeira	Modo pelo qual as pessoas buscam adquirir conhecimentos necessários para o gerenciamento de suas finanças, estando interligada às suas decisões econômicas. Este é um aspecto de relevância, sendo tratado mais detalhadamente no próximo tópico.

QUADRO 1 – Finanças pessoais segundo o Modelo de Halpern

Fonte: adaptado de Halpern (2003, apud LIZOTE, SIMAS e LANA, 2012, p. 4-6)

Posto isto, com base nos conceitos apresentados, entende-se que, a gestão das finanças pessoais relaciona-se ao uso adequado do dinheiro, o que permite a satisfação das necessidades da família de acordo com as suas prioridades, logo, influencia diretamente na qualidade de vida do indivíduo.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para Saito (2007), não se pode falar em educação financeira sem primeiramente falar da educação em si como fator indissociável à formação do indivíduo, dotado de tamanha importância e assegurado constitucionalmente. Sob esta perspectiva, a Constituição Federal no seu artigo 205 escreve:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na concepção de Lizote, Simas e Lana (2012), a educação em geral é um modo pelo qual há o ensino e a aprendizagem, fazendo com que os indivíduos melhorem e aprofundem seus conhecimentos sobre aquilo que lhes interessam.

Segundo a OCDE (2004), a educação financeira trata de um processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendações claras, possam desenvolver habilidades e a confiança necessárias para tomar decisões fundamentadas e seguras, o que melhora o seu bem-estar.

Saito (2007, p. 21) complementa que essas decisões envolvem: “a identificação e empreendimento de projetos pessoais vinculados à obtenção de recursos financeiros, a elaboração de estratégias para poupá-los e a concretização de ações que impliquem o correto uso de tais recursos, com base em seu planejamento pessoal”.

Contudo, não são todos que tem a oportunidade de serem educados financeiramente desde cedo, visto que a educação financeira ainda não está incluída nos currículos brasileiros, apenas está em tramitação um projeto de lei, que já sofreu algumas alterações, para incluí-la oficialmente como conteúdo da disciplina de Matemática nos currículos do ensino fundamental e médio. Segundo Cruz (2010) o Projeto de Lei (PL) 3401/04 gera muitas controvérsias, como, por exemplo, que seja tratada de forma transversal, incluída em várias disciplinas.

De acordo com Saito (2007), o processo de educação financeira desenvolve-se intensamente nos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coréia do Sul. Em contrapartida, está em ritmo lento no Brasil, onde as ações realizadas pelos órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia, apontam ser insuficientes, apesar de haver iniciativas pioneiras por parte de algumas escolas particulares da inclusão da educação financeira; tudo isso é consequência da falta de ações consistentes do poder público.

A educação financeira auxilia o indivíduo a gerir seu orçamento, a poupar e investir de forma eficiente. Sob este aspecto, a OCDE (2004) atribui o aumento da sua relevância como resultado do desenvolvimento do mercado financeiro e demográfico, onde há uma oferta contínua de produtos variados com maior acesso a uma variedade de instrumentos de crédito e de poupança.

Conforme Domingos (2007, apud MEDEIROS e LOPES, 2014), o equilíbrio financeiro depende da redução dos pequenos gastos e despesas. Silva (2004) complementa que o equilíbrio e controle financeiro são adquiridos somente com autoconhecimento, visto que, muitas das dificuldades financeiras se originam no fato de as pessoas não se conhecerem e, além de se conhecer, é imprescindível que entendam o verdadeiro papel do dinheiro em suas vidas.

Nakata (2015) escreve que a educação financeira ajuda as pessoas a entender melhor como o dinheiro funciona, como também a conhecer o funcionamento dos principais produtos financeiros disponíveis no mercado, além de contribuir, na tomada de decisões como a compra

de uma casa ou de um carro, como pagar um curso, iniciar um negócio próprio ou fazer um plano de aposentadoria.

Estão enumerados no Quadro 2, os princípios e recomendações para a boa prática da educação financeira, divulgados pela OCDE:

Nº	Conteúdo dos Princípios
1	A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2	Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3	O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4	O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5	A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6	Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7	A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8	As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9	Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10	Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

QUADRO 2 - Princípios e recomendações de educação financeira

Fonte: OCDE (2004, apud SAITO, 2007, p. 23-25)

Lizote, Simas e Lana (2012) afirmam que a partir do momento que essa educação é adquirida e aprimorada, os indivíduos preparam orçamentos ajustados com as suas capacidades financeiras e planejam seu futuro para adicionarem ativos e possuírem um nível satisfatório de renda.

Com base nos conceitos apresentados, entende-se que a educação financeira permite formar cidadãos críticos a partir do momento em que aperfeiçoam suas habilidades financeiras

e fazem escolhas inteligentes com os recursos que dispõem, portanto, ela orienta o indivíduo que consome, poupa e investe de forma responsável e consciente; com isso, o mesmo planeja melhor sua vida para que consiga ter mais condições de alcançar suas metas e sonhos.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Frezatti (2009, apud WOHLEMBERG, BRAUM e ROJO, 2011) considera o ato de planejar tão importante quanto a necessidade do indivíduo de se alimentar. O planejamento financeiro pessoal é a explicitação das formas como podem ser viabilizados os recursos necessários para atingir determinados objetivos. Inicia com o planejamento estratégico pessoal: o que se quer daqui a um ano, cinco anos, dez anos e/ou para o resto da vida (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

No entendimento de Braido (2014) é preciso entender e delimitar quais são os objetivos de curto e longo prazo do indivíduo, sendo os de curto prazo aqueles que se deseja realizar em uma semana, um mês ou até um ano e os de longo prazo aqueles que se levarão mais de um ano.

O Instituto de Estudos Financeiros - IEF (2015) conceitua o orçamento familiar ou pessoal como uma previsão de receitas e despesas num determinado período que permite a visualização das contas de um indivíduo de forma organizada tanto no presente quanto no futuro.

Bitencourt (2004) compara o planejamento financeiro pessoal ao planejamento financeiro empresarial. Segundo o autor, ambos estabelecem e seguem uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio destes; tal estratégia não é uma tarefa que se realiza com facilidade, pois há imprevistos e incertezas no caminho. Ainda segundo Bitencourt (2004), através da análise do ambiente de um indivíduo, o planejamento cria a consciência, estabelece o propósito de direção que a organização ou o indivíduo deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

Lopes (2012, p. 5) ressalta que “as pessoas são impulsionadas ao consumismo e na maioria das vezes não observa se determinada despesa se enquadra dentro de seu planejamento financeiro familiar”. Na concepção de Souza e Torralvo (2004), através do planejamento financeiro pessoal, o indivíduo traça objetivos e toma decisões para atingi-los. Todavia é difícil

o alinhamento dessas decisões de acordo com o planejamento, por isso é importante constar no mesmo uma margem de erro, tendo em vista os desvios de consumo do indivíduo.

Cherobim e Espejo (2010) consideram que a compreensão da realidade financeira, a identificação das necessidades familiar, a priorização das mesmas por um lado, e a quantificação dos recursos disponíveis para satisfazê-las, por outro lado, irão facilitar a elaboração do planejamento financeiro pessoal. Eid Júnior e Garcia (2005, apud MEDEIROS e LOPES, 2014), nesse sentido, complementam que quando se tem real conhecimento de onde se pretende chegar, a ideia de planejamento se torna mais fácil e vantajosa, por isso ele deve refletir honestamente os anseios e necessidades individuais ou familiares.

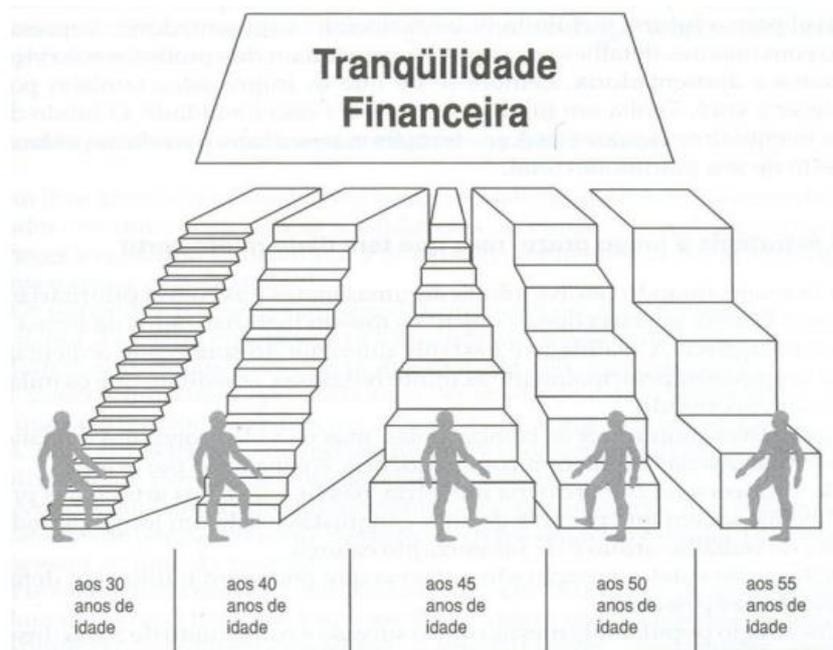


FIGURA 1 - Pirâmide da tranquilidade financeira
 Fonte: Frankenberg (1999, apud GRUSSNER, 2007, p. 25)

Posto isso, percebe-se, de acordo com a figura acima que o planejamento financeiro está interligado à tranquilidade financeira, sendo esta, definida por Frankenberg (1999, apud GRUSSNER, p. 25) como a “satisfação de uma pessoa ao alcançar um objetivo por ela mesmo definido”. O ideal é que o indivíduo comece a se planejar cada vez mais cedo, pois o seu esforço será menor caso opte por separar uma quantia periodicamente e investi-la. É notório que para

se alcançar o mesmo objetivo, uma pessoa de 55 anos de idade se esforçará muito mais que uma de 30 anos, pois o primeiro não dispõe de tanto tempo quanto o segundo.

Nakata (2015) escreve que o planejamento financeiro pessoal e familiar auxilia os indivíduos a fazer escolhas inteligentes com seus recursos, a evitar e quando necessário, se livrar das dívidas, a ter um controle do orçamento doméstico e a administrar o consumismo. Com esse comportamento é possível construir um projeto de vida que venha a proporcionar não apenas segurança para um futuro confortável, mas também a independência financeira.

Verifica-se, desta forma, que o planejamento financeiro pessoal está relacionado com os objetivos que cada pessoa tem na vida, onde é fundamental que o indivíduo tenha consciência e disciplina. Sob essa perspectiva, Braido (2014) afirma que a junção do mesmo com uma eficiente gestão dos recursos pessoais é capaz de gerar riqueza e trazer contribuições significativas às famílias. É possível, segundo Cherobim e Espejo (2010) a elaboração de uma planilha de orçamento pessoal ou familiar, identificando as receitas (principais fontes de renda) e as despesas, separadas em fixas e variáveis.

2.3.1 Receitas

As receitas são caracterizadas pela Infomoney (2015) como origens de recursos. Na concepção de Cherobim e Espejo (2010), receitas não são o mesmo que entrada de recursos, enquanto receita é um direito, a entrada é o dinheiro que está disponível, sendo importante o correto registro para fazer o orçamento retratando a realidade financeira do indivíduo. Segundo as autoras:

A forma de registrar as receitas precisa seguir uma lógica, que vem da contabilidade: o regime de caixa e o regime de competência. O orçamento deve ser feito no regime de caixa, ou seja, as receitas devem ser registradas no momento em que entram no bolso ou na conta corrente da pessoa (CHEROBIM; ESPEJO, 2010, p. 31).

Nesse sentido, Silva (2004) escreve que salários e demais remunerações, aluguéis e aplicações e tantos outros quanto existirem podem ser considerados como fontes de receitas.

2.3.2 Despesas

No entendimento de Iudícibus et al (2008), despesas podem ser entendidas como o consumo de bens ou serviços que ajudarão a produzir receitas. Cherobim e Espejo (2010) ressaltam que as despesas devem ser divididas em fixas e variáveis. Sendo fixas aquelas que existem, independentemente do mês. As variáveis são aquelas que ocorrem todo mês, porém consegue-se ter algum controle sobre elas. Ainda segundo as autoras, as despesas devem ser registradas no momento em que saem do bolso ou da conta corrente da pessoa, ou seja, pelo regime de caixa.

O Quadro 3 apresenta algumas despesas frequentes, com a devida classificação em fixa e variável:

Gasto com:	Fixa	Variável
Morar	aluguel, energia, condomínio, faxineira	reformas, consertos, novos eletrodomésticos
Comer	supermercado (alimentação e higiene básica) e restaurante durante a semana	refeições especiais no fim de semana
Comunicar	telefone fixo e celular, internet	Gastos extras com o telefone celular
Transportar	prestação do automóvel, ônibus, transporte escolar	estacionamento, táxi, consertos do automóvel
Viver	plano de saúde (se a empresa não fornece), academia, TV a cabo, mensalidade de clubes	balada, cinema, teatro e outras atividades de lazer de curta duração; viagens de férias, festas e comemorações
O futuro	montante mínimo a ser guardado todo mês	ganhos adicionais a serem guardados nos meses mais prósperos

QUADRO 3 - Gastos fixos e variáveis

Fonte: adaptado de Cherobim e Espejo (2010, p. 32 e 33)

Posto isso, a partir do momento em que o indivíduo tiver conhecimento das suas receitas, se tornará possível planejar as despesas, sabendo onde e como gasta, pois irá atentar para suas prioridades, além do mais, Barros (2010) reforça que o endividamento está intimamente relacionado à forma como se administra as receitas e despesas. Dessa forma é imprescindível que as despesas não ultrapassem as receitas, pois um possível desequilíbrio entre as mesmas fará com que o indivíduo não tenha recursos para realizar os seus sonhos, assim como para atendê-lo em despesas eventuais, visto que estas sempre surgem.

2.3.3 Endividamento

O endividamento pode ocorrer em virtude da falta de planejamento financeiro pessoal. Marques e Frade (2003, apud CLAUDINO, NUNES e SILVA, 2009) consideram como endividamento a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, onde o indivíduo

compromete-se a devolver em determinada data o valor correspondente acrescido dos demais encargos financeiros, ou seja, é o saldo devedor. Ainda pior do que o endividamento, os autores citam o sobre-endividamento, que é quando o indivíduo está impossibilitado de pagar as suas contas. Neste momento entra em cena a inadimplência, que ocorre pela impontualidade do pagamento dos compromissos assumidos.

Posto isso, é importante a interligação da educação financeira ao endividamento. Nesse sentido, Pinheiro (2008, apud CLAUDINO, NUNES e SILVA, 2009), escreve que essa educação permite ao indivíduo consumir bens e serviços adequadamente, contribuindo de tal forma com o sistema econômico.

O endividamento e a inadimplência do consumidor brasileiro no mês de março deste ano, conforme uma pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), aponta que 60,3% dos entrevistados consideram-se endividados, 23,5% possuem dívidas ou contas em atraso, 8,3% não terão condições de pagar, em contraposição aos números de um ano atrás: 59,6%, 17,9% e 6,2%, respectivamente. Ainda entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou na comparação anual, passando de 29,7% para 31,1%, e 24,1% delas afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas. Dentre os principais tipos de dívidas, o cartão de crédito é responsável por 77,3% das famílias endividadas (CNC, 2016).

Apesar da economia estar em crise, os números retratam o despreparo da população no que diz respeito as suas finanças. Cabe enfatizar também a influência que o marketing possui, frente ao estímulo cada vez maior ao consumo, o que nem sempre acarretará em aquisições necessárias.

2.4 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS

Halfeld (2007, apud CARDOSO, 2013) aponta que na pré-história não havia a possibilidade de conservar os alimentos em refrigeradores, conviviam com a ideia de não ter o que comer no dia seguinte, por isso consumiam tudo que tinham, afim de se ter energia até as próximas caçadas. Com a evolução da sociedade, não só há formas de se conservar os alimentos, como também de guardar o dinheiro, no entanto, o ser humano ainda mantém esse instinto de consumir tudo imediatamente.

Verifica-se, dessa forma, segundo Cherobim e Espejo (2010, p.93) que além de guardar o dinheiro, é preciso guardá-lo em “produtos financeiros que proporcionem segurança e estabilidade”. Para as autoras, esses produtos financeiros poder ser chamados de “títulos, aplicações ou papéis do mercado”.

Cherobim e Espejo (2010) preferem tratar como aplicações, sendo elas de renda fixa e de renda variável.

As aplicações de renda fixa podem ser a caderneta de poupança, os CDBs, alguns fundos de investimentos, títulos públicos e títulos privados, por exemplo: debêntures e notas promissórias. A principal característica de um produto de investimento de renda fixa é a rentabilidade preestabelecida entre as partes. As aplicações ditas de renda variável dependem do desempenho da empresa e/ou da carteira de investimento a que pertence o título. São ditas de renda variável porque não garantem rentabilidade. Normalmente, oferecem maior retorno, porque de maior risco. As principais aplicações de renda variável são as ações e os fundos de ações (CHEROBIM; ESPEJO, 2010, p. 94).

Basicamente o objetivo de se investir é ganhar dinheiro. Atribui-se a diferença entre as receitas e as despesas à poupança; logo, o investimento é a aplicação destes recursos que foram poupados, visto que há uma expectativa dessa aplicação ser remunerada (BCB, 2013). Para uma melhor compreensão, a seguir serão tratadas algumas opções de investimentos, como a caderneta de poupança, o CDB, os fundos de investimentos, o tesouro direto e as ações.

2.4.1 Caderneta de Poupança

Segundo o Portal do Investidor (2015), a caderneta de poupança é a mais tradicional forma de investimento, sendo este o mais indicado para aquele investidor que não quer correr riscos. É isenta do Imposto de Renda e de taxas administrativas; pode-se dizer também que é bastante popular, pois permite a aplicação de valores muito baixos, variando de acordo com a instituição financeira, além da quantia depositada, poder ser resgatada a qualquer época.

O Portal do Investidor (2015) complementa que esse investimento possui um rendimento de 0,5% ao mês. Com novas regras para a poupança a partir do ano de 2012, a rentabilidade deste investimento também depende da meta da Taxa Selic (taxa básica de juros), determinada pelo Banco Central do Brasil, sendo antes pela TR (um dos indexadores da economia brasileira).

Mallmann (2008) ressalta que, uma vez que a caderneta de poupança depende das políticas governamentais, pode ser que o rendimento não acompanhe a inflação, o que, conseqüentemente, provocará a perda de valor do capital aplicado. Ainda segundo o autor, através do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que é uma forma de seguro do investimento, o governo garante somente até R\$ 20.000,00 por pessoa e por instituição financeira, somando-se ainda os valores da conta corrente e demais títulos que o indivíduo possa ter no banco.

Segundo a Exame (2016), a poupança ainda continua sendo a principal opção de investimentos dos brasileiros, mesmo com sua baixa rentabilidade; o maior motivo para a escolha da aplicação é o desejo de evitar perdas.

2.4.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Segundo Grussner (2007) CDB é um tipo de empréstimo, ou seja, o indivíduo ao comprar um título empresta dinheiro ao banco e recebe depois de determinado período, conforme negociado, o dinheiro corrigido com juros; quanto mais tempo ele permanecer investido, maior será a rentabilidade.

De acordo com o Economia (2016), o CDB é um título de renda fixa e sua remuneração pode ser uma taxa de juros pré-fixada (determinada na aplicação) ou pós-fixada (o rendimento do título é indexado a algum índice, como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a Taxa Referencial (TR) e ou o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), por isso não se pode determinar o retorno no início do investimento.

Seus custos envolvem imposto de renda (IR) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O maior risco que o investidor corre é de que o banco que emitiu o título vá à falência antes de pagá-lo, neste caso, o FGC garante ao investidor o valor de até R\$ 250 mil.

Caso houver alta dos juros, quando o CDB for pós-fixado, sua rentabilidade será maior, caso contrário, será menor. Quando ele for pré-fixado, se os juros subirem, o investidor poderá perder dinheiro, no entanto, caso caíam, ele poderá ser beneficiado, pois teve sua rentabilidade garantida quando fez o investimento.

2.4.3 Fundos de Investimentos

Fundos de investimentos é a “reunião de vários investidores que se juntam para investir” (RAMOS, 2012, p. 42). Conforme o Economia (2015), eles são comparados a um condomínio, onde cada investidor (morador) é dono de uma cota (apartamento) – uma fração do fundo. Adquirida esta cota, paga-se uma taxa administrativa a um terceiro (o administrador), que será o responsável por gerenciar as tarefas desse fundo. Os fundos possuem a finalidade de captar e investir recursos no mercado financeiro.

Silva (2004, p. 79) explica que

é a ideia de condomínio, embora os aplicadores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis. Caracteriza-se pela aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, representativas do patrimônio do Fundo, que tem o benefício da valorização diária.

O Portal do Investidor (2015) com base na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), classifica os fundos de investimentos em: Fundo de Curto Prazo; Fundo Referenciado; Fundo de Renda Fixa; Fundo de Ações; Fundo Cambial; Fundo de Dívida Externa e Fundo Multimercado.

O regimento dos fundos de investimentos baseia-se num regulamento próprio e nas normas da CVM. Ao adquirir as cotas de um fundo é muito importante que o investidor leia o regulamento, o prospecto e a lâmina de informações essenciais do fundo, visto que, neste ato o cotista estará concordando com as suas regras de funcionamento.

Segundo o Portal do Investidor (2015), esses fundos podem ser organizados em abertos e fechados. Nos fundos abertos é permitida a entrada de novos cotistas por meio de novos investimentos, assim como a saída de cotistas, por meio de resgates de cotas. Estes fundos normalmente são constituídos para existir por tempo indeterminado. Por outro lado, os fundos fechados são aqueles em que as cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo.

Verifica-se, contudo, que o investidor se sujeita a três riscos principais ao adquirir tais fundos: risco de mercado, risco de crédito e o risco de liquidez. O risco de mercado decorre das variações dos preços dos títulos que compõem a carteira. O risco de crédito decorre da possibilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações diante da data fixada. Já o risco de

liquidez decorre da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado (Portal do Investidor, 2015).

2.4.4 Tesouro Direto

O Tesouro Direto é um programa do Tesouro Nacional de negociação de títulos públicos à pessoas físicas por meio da internet. Segundo a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (2016), ele é uma alternativa de investimento que de início o investidor já saberá quanto irá lhe render no futuro.

Luquet (2007, apud MALLMANN, 2008) define que todos os títulos emitidos pela União são títulos públicos. Entende-se, de acordo com o Tesouro Nacional (2015), que títulos públicos são ativos de renda fixa, visto que seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento. Dessa forma, o investidor empresta dinheiro para o governo ao adquirir um título e futuramente receberá a remuneração por este empréstimo. Para investir no Tesouro Direto, basta ser pessoa física com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e conta em uma instituição financeira habilitada, podendo se começar a investir com apenas R\$ 30,00.

Existem duas modalidades de títulos: os prefixados e os pós-fixados. Para o Tesouro Nacional (2015), os títulos prefixados são aqueles em que se sabe exatamente a rentabilidade obtida se mantiver o título até a data de vencimento, sendo que o valor bruto a ser recebido no vencimento é de R\$1.000,00 para cada unidade de título. Já no caso dos pós-fixados, a rentabilidade da aplicação é composta por uma taxa predefinida no momento da compra do título mais a variação de um indexador, ou seja, a taxa básica de juros (Selic) ou a inflação - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Verifica-se, de acordo com o Tesouro Nacional (2015), que os títulos disponíveis na modalidade dos prefixados são: Tesouro prefixado (Letra do Tesouro Nacional - LTN) e Tesouro prefixado com juros semestrais (Nota do Tesouro Nacional - NTN-F). Por outro lado, na modalidade dos pós-fixados são: Tesouro Selic (Letra Financeira do Tesouro Nacional - LFT), Tesouro IPCA + com juros semestrais (NTN-B) e Tesouro IPCA + (NTN-B principal).

O Quadro 4 apresenta alguns tipos de títulos:

Títulos	Descrição
Tesouro Prefixado (LTN)	Título com rentabilidade prefixada no momento da compra, ou seja, o investidor fica sabendo qual será a taxa de juros paga no final do período de aplicação.
Título Prefixado com juros semestrais (NTN-F)	Prefixado, com rentabilidade definida no momento da compra e com pagamento de juros semestrais.
Tesouro Selic (LFT)	Pós-fixado, com rentabilidade diária vinculada à taxa Selic.
Tesouro IPCA com juros semestrais (NTN-B)	Pós-fixado, com rentabilidade vinculada à variação da inflação medida pelo IPCA, acrescida dos juros definidos no momento da compra e com pagamento de juros semestrais.
Tesouro IPCA + (NTN-B)	Pós-fixado, com rentabilidade vinculada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que mede a inflação “oficial” do país), acrescida de juros.

QUADRO 4 - Títulos mais populares entre as pessoas físicas

Fonte: adaptado de BM&FBOVESPA (2016, p. 4)

Ainda segundo a BM&FBOVESPA (2016), caso o investidor permaneça com o título até a data de seu vencimento, a rentabilidade será aquela acordada inicialmente; caso contrário, o investidor receberá pelo título seu preço de mercado. Todavia, os títulos oferecem vantagens como: baixo risco e menor custo; flexibilidade; liquidez e recompra; diversificação; acessibilidade; comodidade e vantagem tributária (o imposto de renda só é cobrado do investidor quando o título vence, quando há um resgate antecipado ou no recebimento das parcelas semestrais, dependendo do tipo do título).

2.4.5 Ações

Em linhas gerais segundo Silva (2004, p. 83), “investir em ações é investir em títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emitente”. Corroborando com a ideia a BM&FBOVESPA (2016), uma vez que afirma que comprar ações significa ter “pedaços” de uma empresa e se tornar sócio dela.

As ações são negociadas numa bolsa de valores. Na concepção de Silva (2004, p. 82), “a bolsa de valores é uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é promover todas as condições necessárias para o funcionamento do mercado de ações. Os corretores executam ordens de compra e venda dadas por seus clientes, os investidores”.

Segundo a BM&FBOVESPA (2016), para essa escolha é necessário: conversar com a corretora, visto que ela orientará de acordo com o mercado, quais ações comprar ou vender, em qual quantidade e em que momento; conhecer bem a empresa em que se pretende investir; escolher ações das empresas das quais o indivíduo consome produtos ou serviços; e ainda, em

caso de indecisão, recomenda-se iniciar com os Fundos de ações baseados em índices (ETFs) que tem seus desempenhos ligados a grupos de ações; em alguns deles o investimento pode ser menos que R\$ 200,00, além disso, diversifica-se o investimento e reduz-se os riscos;

Quanto às taxas cabíveis, a BM&FBOVESPA (2016) discorre que para se investir em ações não existe um valor mínimo, no entanto o indivíduo deve analisar se as taxas cobradas não pesarão em seu investimento. As taxas em questão são de custódia (mensalidade cobrada pela guarda das ações e pelos serviços oferecidos pela corretora) e corretagem (cobrança da corretora pelo acesso ao mercado). Vale ressaltar que o IR sobre ganhos com ações é de 15%, estando o investidor isento dele caso venda menos que R\$ 20.000,00 em ações num determinado mês.

Fortuna (2005, apud RAMOS, 2012) explica que existe ações ordinárias e preferenciais. Para Silva (2004, p. 83), as ordinárias são aquelas que “proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais”, já as preferenciais são aquelas que “garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade”. O autor ainda ressaltar que no recebimento de dividendos das ações preferenciais, o percentual é mais elevado que o atribuído às ações ordinárias.

Esses dividendos são conceituados por Silva (2004, p. 83) como

a participação nos resultados de uma sociedade, que é feita sob a forma de distribuição de dividendos em dinheiro, em percentual a ser definido na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com os resultados obtidos pela empresa em determinado período.

Como formas de se investir em ações, a BM&FBOVESPA (2016) elenca as seguintes:

- Compra direta de ações: o investidor faz sua escolha e transmite a ordem para a corretora.
- Fundos de índices (ETFs) conforme citados anteriormente.
- Clubes de investimentos: pessoas que se unem para investir, dividindo proporcionalmente os ganhos e perdas entre os membros.
- Fundos de investimentos em ações: o investidor compra cotas de um fundo de ações, sendo uma corretora ou um banco quem irá administrá-las.

A BM&FBOVESPA (2016) cita como possíveis riscos no mercado de ações: a possibilidade da empresa se sair bem ou não; para isso é necessário que o investidor conheça a empresa, o mercado em que ela atua e, além disso, o investidor não deve colocar todos os seus recursos em um único investimento.

Em contrapartida, apresenta-se como vantagens: a possibilidade de se tornar sócio de uma grande empresa; receber parte dos lucros obtidos pela empresa na forma de dividendos; também o fato de que um pequeno acionista não precisa se dedicar à gestão empresarial, ao passo que, para resgatar o dinheiro, basta vender a ação adquirida.

3 METODOLOGIA

Silva (2007, p. 15) escreve que o objetivo geral da metodologia “é mostrar os procedimentos e métodos utilizados para elaboração da pesquisa”. Por sua vez, Gil (2010, p.1) considera que pesquisa científica é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Na concepção de Gil (2010, p. 29) compreende-se por delineamento, “o planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla”, podendo este expressar “tanto a ideia de modelo quanto a de plano”. Neste sentido, Beuren (2012) complementa que é por meio do delineamento que se obtêm respostas ao problema de pesquisa, sendo possível até a identificação de novos problemas a partir destas respostas. Desta forma, Beuren (2012) optou por focar tipologias de pesquisas aplicáveis à Contabilidade agrupadas da seguinte forma: a pesquisa quanto aos objetivos, a pesquisa quanto aos procedimentos e a pesquisa quanto à abordagem do problema.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos, Gil (2010) classifica as pesquisas em exploratórias, explicativas e descritivas. As pesquisas exploratórias têm como propósito “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010, p. 27). Segundo Selltez, (1967, p.63 apud GIL 2010, p.27) “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com os problemas pesquisados; e (c) análise de exemplos que estimulam a compreensão.

A pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno, sendo o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. Quanto às pesquisas descritivas, têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título

e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Com base nas definições apresentadas, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, descreve as características de determinada população ou fenômeno, neste caso: alunos dos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis e Economia da FACE. Quanto a relações entre variáveis, são analisadas qualitativamente as perspectivas: educação, endividamento e planejamento financeiro. No que diz respeito a padronizadas de coleta de dados, as informações serão obtidas por instrumento denominado: questionário.

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

É possível classificar as pesquisas em tipos a partir das técnicas de coleta de dados. Como exemplo destas técnicas, Gil (2010) cita: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa experimental, ensaio clínico; estudo caso-controle; estudo de corte; levantamento de campo (*survey*); estudo de caso; pesquisa etnográfica; pesquisa fenomenológica; teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*); pesquisa-ação e pesquisa participante.

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado (livros, artigos, teses, etc.), onde se revisa de forma intensa a literatura existente sobre determinado assunto em questão. Constantemente nos estudos contábeis há a presença da pesquisa bibliográfica, tanto como parte integrante de outro tipo de pesquisa, quanto exclusivamente delineamento. Já a pesquisa de levantamento é elaborada a partir do levantamento de dados via instrumento de coleta padronizado (questionário), aplicado em contato direto com a população cujo comportamento se deseja conhecer, para que, posteriormente, mediante uma análise quantitativa, seja possível obter conclusões correspondentes aos dados coletados (BEUREN, 2012; GIL, 2010).

Quanto ao procedimento bibliográfico desta pesquisa, justifica-se pois, foram utilizadas referências de trabalhos já elaborados e publicados, formando assim o suporte teórico da construção do conhecimento. Também, por meio das referências teóricas, foi possível elaborar o questionário, suporte de procedimento para o levantamento dos dados necessários para analisar aspectos da educação, do endividamento e do planejamento financeiro dos discentes da FACE.

3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do problema

Considerando a forma de abordagem do problema, as pesquisas podem ser classificadas em dois tipos: qualitativas e quantitativas. Triviños (1987, apud OLIVEIRA, 2011, p. 24) menciona que a abordagem de cunho qualitativo “trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto”. Dessa forma, Beuren (2012, p. 92) aponta que

na contabilidade, é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa. Cabe lembrar que apesar de a contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica o uso de uma abordagem qualitativa.

Sobre a pesquisa quantitativa, Richardson (1999, apud OLIVEIRA, 2011) ressalta que ela é percebida pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, já que procura quantificar os dados.

Nesta pesquisa, quanto a sua caracterização, aborda o problema por meio da abordagem qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois analisa questões de qualidade informacional dos respondentes, que em seguida, serão tabulados e observadas as respostas quantitativamente, contudo não apresentando caráter probabilístico.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

Através do ensino, pesquisa e extensão, a UFGD, implantada em 2006, possui como missão educar, oferecendo várias opções de cursos à comunidade. Dentre as suas faculdades, encontra-se a FACE, instituída em 2006, na qual o curso de Ciências Contábeis foi implementado em 1986, o curso de Administração em 2000 e o curso de Economia em 2009. A faculdade dispõe de um quantitativo significativo de professores com vasta experiência acadêmica e um quadro de 733 (setecentos e trinta e três) acadêmicos matriculados segundo informações da faculdade até o dia 09/03/2016. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo os discentes de graduação desta faculdade, verificando dessa forma se o comportamento financeiro é parecido.

3.2.1 Procedimento de coleta de dados

O questionário foi elaborado com base nos trabalhos de Braido (2014) e Medeiros e Lopes (2014), contendo 40 (quarenta) questões, das quais 13 (treze) são referentes à educação financeira; 9 (nove) ao endividamento; 9 (nove) ao planejamento financeiro e 9 (nove) ao perfil dos respondentes.

Optou-se pelo questionário impresso, tendo em vista a maior exatidão quanto à devolução das respostas. Inicialmente realizou-se um pré-teste com vinte e nove alunos escolhidos aleatoriamente no saguão da faculdade no dia 11/02/2016 a fim de avaliar a forma, verificar a elaboração das perguntas, e, principalmente, se o respondente não teve dificuldades em respondê-lo. Por conseguinte, a versão final do questionário, considerando as observações dos alunos no pré-teste, foi aplicada nas turmas de graduação da FACE de 21 à 29/02/2016.

Os questionários foram impressos e entregues diretamente aos respondentes, que dispuseram de um espaço de tempo no decorrer das suas respectivas aulas para efetuarem o preenchimento, e desta forma poder efetuar a devolução dos mesmos à medida que o finalizavam.

Para isso utilizou-se da Escala Likert, que segundo Cunha (2007) é uma das escalas mais utilizadas em pesquisas quantitativas onde analisa-se o nível de concordância ou não em relação à determinada declaração, no caso em questão utilizou-se das respostas de 1 à 4, sendo que 1 significa “Discordo Totalmente” e 4, “Concordo Totalmente”. Cada um dos itens é um Item Likert e ao final soma-se todas as respostas atribuídas a cada item. Para melhor visualização dos resultados, estes serão apresentados em forma de tabelas na seção seguinte.

3.2.2 População X Amostra

No estudo realizado, a população pesquisada é o total de acadêmicos de graduação da FACE/UFGD. Participaram desta pesquisa 213 acadêmicos, que constituem a amostra deste estudo de uma população de 733 pessoas. Assim, identifica-se que a amostra analisada corresponde a 29,1% do total de acadêmicos matriculados na FACE, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

TABELA 1 - População e amostra investigada

CURSO	Nº DE ACADÊMICOS MATRICULADOS (POPULAÇÃO)	RESPONDENTES (AMOSTRA)	AMOSTRA EM %
Administração	251	66	26,3
Ciências Contábeis	251	89	35,5
Economia	231	58	25,1
TOTAL	733	213	29,1

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, desse universo de acadêmicos dos cursos de graduação, regularmente matriculados na FACE, foram aplicados 215 (duzentos e quinze) questionários, dos quais 213 (duzentos e treze) foram validados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a aplicação do questionário, estruturados em quatro seções, que compreendem: o perfil dos respondentes, questões sobre educação financeira, endividamento e planejamento financeiro.

4.1 ANÁLISE DO ASPECTO: PERFIL DOS RESPONDENTES

Tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, os discentes da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, com relação ao perfil, a Tabela 2 ilustra a distribuição dos alunos questionados por curso. Nota-se que a maioria dos respondentes (41,8%) está matriculada no curso de Ciências Contábeis, seguida por Administração (31%), e Economia (27,2%).

TABELA 2 – Curso dos respondentes

CURSO	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Administração	66	31,0
Ciências Contábeis	89	41,8
Economia	58	27,2
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo constata-se na Tabela 3, dos 213 respondentes, 52,6% são do sexo masculino, enquanto que 47,4% são do sexo feminino, representando uma diferença de apenas 5,2 pontos percentuais, mostrando-se um leve equilíbrio da proporção das pessoas pesquisadas quanto ao gênero.

TABELA 3 – Gênero dos respondentes

GÊNERO	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Masculino	112	52,6
Feminino	101	47,4
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da Tabela 4, identifica-se a faixa etária dos respondentes.

TABELA 4 – Faixa etária dos respondentes

IDADE	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Até 25 anos	156	73,3
De 26 à 30 anos	38	17,8
Mais de 31 anos	19	8,9
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Infer-se a composição de uma amostra jovem, visto que a maior parte dos acadêmicos se encontra na faixa etária de até 25 anos, representados por 73,3% da amostra. O percentual restante (26,7%) abrange um grupo composto por acadêmicos com idade de 26 anos à maiores que 31 anos, sendo que apenas 1/3 deste (8,9%), está acima de 31 anos. Segundo Kruger (2014) os jovens estão mais propensos a gastar em consequência da influência que a mídia exerce sobre eles, mas independentemente da faixa etária, é necessário que o indivíduo aprenda a gerir suas finanças.

O ano letivo de 2015 não foi concluído em virtude da Greve de Docentes e Técnicos Administrativos das universidades federais, sendo assim, a FACE ainda se encontra no segundo semestre letivo do referido ano, que correspondem ao 2º, 4º, 6º, 8º e 10º semestres.

Logo, para fazer as faixas de apresentação da semestralização foi usado o critério ano, ou seja, alunos respondentes do 1º e 2º semestres correspondem ao primeiro ano do curso (31,0%); do 3º e 4º semestres correspondem ao segundo ano do curso (24,4%); do 5º e 6º semestres correspondem ao terceiro ano do curso (15,9%); do 7º e 8º semestres correspondem ao quarto ano do curso (18,8%) e, do 9º, 10º, 11º e 12º semestres correspondem ao quinto ano do curso (9,9%), conforme a Tabela 5.

TABELA 5 – Ano de curso

ANO	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
1º	66	31,0
2º	52	24,4
3º	34	15,9
4º	40	18,8
5º	21	9,9
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Outro ponto investigado refere-se ao estado civil. Os resultados ilustrados na Tabela 6 demonstraram que a maioria dos respondentes são solteiros, correspondendo à 77% da amostra, isso pode ser explicado ao se constatar o perfil jovem dos alunos que na sua grande maioria possui idade de até 25 anos, conforme a tabela 3, o que pode significar também poucos compromissos financeiros. Na porcentagem restante, 17,8% casados, 1,4% divorciados e 3,8% têm uma união estável. Em todo o grupo questionado, não houve ninguém que se qualificou como viúvo.

TABELA 6 – Estado civil dos respondentes

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Solteiro (a)	164	77,0
Casado (a)	38	17,8
Divorciado (a)	3	1,4
Viúvo (a)	0	0,0
União Estável	8	3,8
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar na Tabela 7 que a grande maioria deles (87,3%) não possuem filhos, enquanto que 7,5% têm apenas um, 4,2% tem dois e 1% tem três ou mais filhos.

TABELA 7 - Quantidade de filhos que os respondentes possuem

FILHOS	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Não possuo filhos	186	87,3
1 filho	16	7,5
2 filhos	9	4,2
3 filhos ou mais	2	1,0
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Questionados quanto à independência financeira, observa-se, na Tabela 8, que 68,5% dos respondentes se declararam independentes financeiramente, enquanto que 31,5% não se encontram neste mesmo patamar.

TABELA 8 – Independência financeira

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Sim	146	68,5
Não (sou dependente da família)	67	31,5
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

A independência financeira não costuma acontecer do dia para a noite. Muitas vezes são necessários diversos tropeços antes que se encontre o caminho rumo ao tão sonhado sucesso financeiro. Ela exige constante atenção, disciplina, comprometimento e estudo (KRUGER, 2014, p.39).

Em relação à atividade profissional, evidencia-se na Tabela 9 que a maior parte da amostra pesquisada auferia renda por meio de vínculo empregatício, ou seja, 51,6% são funcionários do setor privado e 8,9% do setor público. Destaca-se, ainda, que 24% dos alunos são estagiários/bolsistas, 4,2% são empresários/profissionais liberais, 8% estão desempregados, enquanto 3,3% recebem apenas mesada. Por meio das informações apresentadas, pode-se concluir que grande parte da amostra pesquisada trabalha pelo dinheiro, já que são representados por empregados e autônomos.

TABELA 9 – Atividade remunerada/profissional

ATIVIDADE	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Estagiário/Bolsista	51	24,0
Funcionário do setor público	19	8,9
Funcionário do setor privado	110	51,6
Empresário/Profissional liberal	9	4,2
Desempregado	17	8,0
Recebo mesada	7	3,3
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Outro questionamento foi relativo a renda auferida. Buscou-se saber como são classificadas as rendas no País, descritas no Quadro 5, que apresenta o Critério de Classificação Econômica Brasil, implantado em janeiro de 2015, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP:

ESTRATO SÓCIO ECONÔMICO	RENDA MÉDIA DOMICILIAR
A	20.272,56
B1	8.695,88
B2	4.427,36
C1	2.409,01
C2	1.446,24
D – E	639,78

QUADRO 5 - Critério de classificação econômica

Fonte: ABEP (2016, p. 3)

Quanto à renda familiar líquida aproximada, por meio das informações dispostas na Tabela 10, é possível visualizar que a maioria (27,2%) corresponde entre R\$ 881,00 e R\$

1.903,98 por mês, seguida de um grupo representado por 4,2% que recebe uma quantia inferior à R\$ 880,00. Observa-se também que 19,8% auferem renda compreendida de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65; 14,1% de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05; 12,7% de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68; e 17,8% auferem renda acima de 4.664,68. Apenas 4,2% das pessoas investigadas declararam não ter conhecimento de valores, conforme disposto na tabela abaixo:

TABELA 10 - Faixa salarial

FAIXA SALARIAL	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Até R\$ 880,00	9	4,2
De R\$ 881,00 até R\$ 1903,98	58	27,2
De 1903, 99 até R\$ 2826,65	42	19,8
De R\$ 2826,66 até R\$ 3751,05	30	14,1
De R\$ 3751,06 até R\$ 4664,68	27	12,7
Acima de R\$ 4664,68	38	17,8
Não tenho conhecimento de valores	9	4,2
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Novamente percebe-se a importância da administração da renda familiar, visto que, independentemente do quanto se ganha, todas as famílias realizam esforços para sobreviver com aquilo que dispõem. Segundo a ABEP (2016), com base nas respostas apresentadas, constata-se que a maioria das famílias se encaixa na classe econômica C1 e, o restante, basicamente concentra-se na transição da classe econômica C1 para B2 e B1, evidenciando que o poder de compra dos brasileiros está ficando cada vez maior. Apenas uma minoria se encaixa na classe econômica D – E, representada por 4,2%,

4.2 ANÁLISE DO ASPECTO: EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Entende-se por educação financeira, a compreensão dos assuntos que tangem às finanças, repercutindo em análises e decisões sobre o uso do dinheiro. Assim sendo, a segunda seção de questões buscou identificar a forma com que os acadêmicos foram financeiramente educados e como realizam o monitoramento de seus gastos pessoais. Os respondentes foram instruídos a avaliar seus conhecimentos sobre finanças pessoais em uma escala de 1 a 4, onde 1 significa “discordo totalmente” e 4 “concordo totalmente”. A Tabela 11 apresenta as respostas obtidas quanto ao aspecto Educação Financeira.

TABELA 11 – Educação financeira

PERGUNTA	RESPOSTAS FREQUÊNCIA RELATIVA				
	(1)	(2)	(3)	(4)	SOMA
1.1 Fui orientado(a) pelos meus pais sobre educação financeira.	11,3	20,7	37,0	31,0	100,0
1.2 Aprendi na escola (ensino fundamental/médio) sobre educação financeira.	44,1	40,4	12,2	3,3	100,0
1.3 Não ensino superior tive meu primeiro contato com educação financeira.	40,4	18,8	23,9	16,9	100,0
1.4 Participei de cursos/palestras sobre educação financeira.	36,2	24,4	20,7	18,8	100,0
1.5 Busquei informações por conta própria sobre educação financeira.	12,2	15,0	27,7	45,1	100,0
1.6 Nunca tive interesse sobre o assunto: educação financeira.	81,2	11,3	3,3	4,2	100,0
1.7 Uso caderneta de anotações para controle de meus gastos pessoais.	24,4	16,4	18,3	40,8	100,0
1.8 Uso planilha eletrônica para controle de meus gastos pessoais.	44,6	9,9	20,7	24,9	100,0
1.9 Uso extrato bancário para controle de meus gastos pessoais.	23,5	16,9	17,4	42,3	100,0
1.10 Controlo a fatura do cartão de crédito.	20,2	3,8	21,1	54,9	100,0
1.11 Uso aplicativo no celular para controle de meus gastos pessoais.	50,7	13,1	7,5	28,6	100,0
1.12 Não considero necessário controlar meus gastos.	88,3	4,7	2,8	4,2	100,0
1.13 Não tenho conhecimento de como fazer monitoramento de gastos pessoais.	76,5	9,9	8,9	4,7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando-se a maior e a menor resposta para cada questionamento, observa-se, na Tabela 11, que 37,1% dos acadêmicos consideram que foram orientados financeiramente pelos pais, enquanto 11,3% discordam totalmente que tiveram acesso à educação financeira no âmbito familiar; vale destacar que a maior parte do que sabemos vem da criação.

Questionados se esse conhecimento foi obtido na escola, apenas 3,3% estavam em conformidade, ao passo que 44,1% discordaram, o que reforça ainda mais esse déficit na educação. Em contrapartida, 16,9% consideram ter obtido o primeiro contato com a educação financeira no ensino superior, porém quanto a esse quesito, 40,4% ainda discordam. Em posse desses dados é importante destacar que, segundo Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1138),

no Brasil, há uma situação preocupante no âmbito da educação financeira, demandando urgência na inserção do tema em todas as esferas, ainda mais considerando a desequilibrada distribuição de renda desse país, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias. Além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado, o papel do setor público será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação duradoura da educação financeira, sendo a participação das escolas e das universidades de grande relevância para o seu êxito.

Dos entrevistados, 36,2% declararam que não participaram em cursos e palestras sobre o assunto, enquanto 18,8% tiveram essa contribuição para sua orientação financeira. Contudo, o que mais se evidencia é que 81,2% dos acadêmicos afirmaram que discordam totalmente com a afirmativa de que nunca se interessaram pelo assunto, apenas 4,2% compactuam com essa ideia; prova disso é que 45,1% dos acadêmicos buscaram informações por conta própria sobre educação financeira, prevalecendo sobre os 12,2% que nunca se interessaram.

Para Cherobim e Espejo (2010) o indivíduo deve registrar em separado todas as suas dívidas em uma planilha de orçamento pessoal. Ao se buscar respostas para entender como realizam o monitoramento de seus gastos pessoais, evidenciou-se que, a maioria dos acadêmicos discordaram totalmente quanto às alternativas “não considero necessário controlar meus gastos” e “não tenho conhecimento de como fazer monitoramento de gastos pessoais”, representados, respectivamente, por 88,3% e 76,5%.

Assim sendo, 40,8% dos respondentes fazem uso de caderneta de anotações; contudo, quanto ao uso de planilha eletrônica, uma parcela significativa (44,6%) discorda, demonstrando comportamento semelhante também quanto ao uso de aplicativo no celular, representado por 50,7%.

No que se refere ao controle do extrato bancário, 42,3% dos acadêmicos fazem uso desse método, ao passo que também, 54,9% controlam a fatura do cartão de crédito, este que deve ser usado cautelosamente, dada a sua fácil acessibilidade e elevadas taxas de juros.

É importante se registrar os gastos diários, nem que seja um simples cafezinho. Silva (2004) aponta que a partir disso é possível identificar o que se ganha e o que se gasta e, mais ainda, o que se gasta desnecessariamente; parte esta que poderia estar sendo economizada e destinada a possíveis eventualidades; a ausência desse controle favorece o endividamento.

4.3 ANÁLISE DO ASPECTO: ENDIVIDAMENTO

Este aspecto parte do pressuposto de quando o indivíduo possui mais dívidas do que consegue pagar. Nesse contexto, Silva (2004) complementa que as pessoas não foram educadas para pensar sobre o dinheiro, a maioria gasta sem se preocupar nos impactos que isso pode causar. Por sua vez, esta seção buscou identificar o nível de endividamento dos acadêmicos. A Tabela 12 apresenta as respostas obtidas quanto a este aspecto.

TABELA 12 - Endividamento

PERGUNTA	RESPOSTAS FREQUÊNCIA RELATIVA				
	(1)	(2)	(3)	(4)	SOMA
2.1 Quando realizo uma compra, é porque planejei com antecedência.	6,1	21,6	34,7	37,6	100,0
2.2 Compro por impulso e por uma questão de status.	60,6	29,1	8,0	2,3	100,0
2.3 Utilizo limite de cheque especial.	78,9	9,4	4,7	7,0	100,0
2.4 Possuo financiamento de veículo.	77,9	2,3	1,4	18,4	100,0
2.5 Pago mensalmente a fatura do cartão de crédito.	32,9	1,8	16,0	49,3	100,0
2.6 Possuo empréstimo bancário.	84,1	2,3	2,3	11,3	100,0
2.7 Possuo empréstimo com familiares.	82,6	4,7	3,8	8,9	100,0
2.8 Possuo financiamento de bem imóvel (casa, terreno, etc.).	79,3	1,5	2,8	16,4	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados, 37,6% quando compram, é porque planejaram com antecedência. A maioria dos acadêmicos discordou totalmente quanto às alternativas “compro por impulso e por uma questão de status”; “utilizo limite de cheque especial”; “posso financiamento de veículo”; “posso empréstimo bancário”; “posso empréstimo com familiares”; “posso financiamento de bem imóvel (casa, terreno, etc)”, representados respectivamente por 60,6%; 78,9%; 77,9%; 84,1%; 82,6% e 79,3%.

Verifica-se, de acordo com a Figura 2, a disposição dos acadêmicos por curso versus o seu consumo, mais precisamente se costumam planejar antes de efetuar alguma compra.

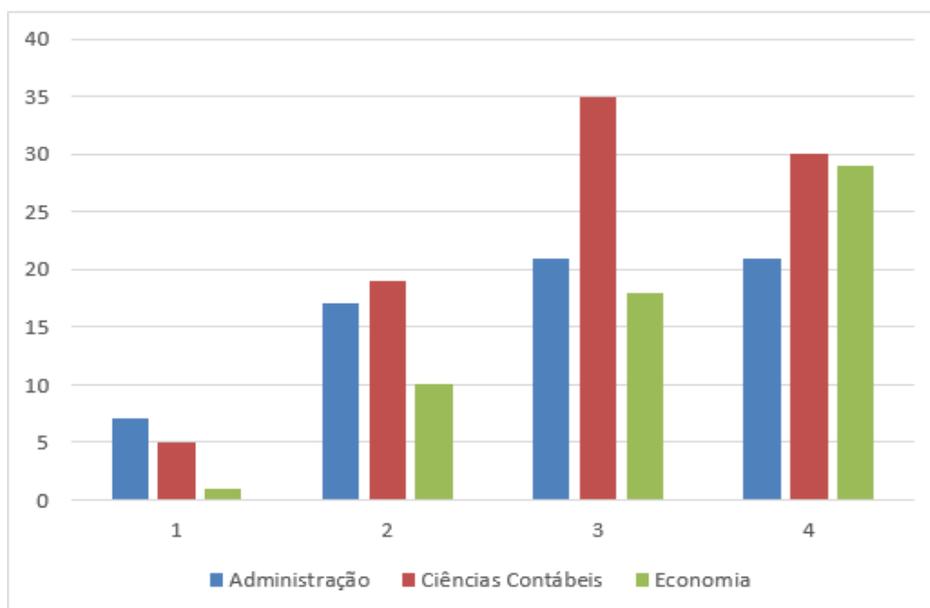


FIGURA 2 - Curso X “Quando realizo uma compra, é porque planejei com antecedência”

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, de acordo com a Figura 2, que a maioria dos respondentes possuem consumo consciente, ou seja, planejam antes de efetuar suas compras, visto que os itens 3 e 4 receberam o maior número de respostas: Administração (21, 21), Ciências Contábeis (35, 30) e Economia (18, 29), respectivamente.

É oportuno dizer que de acordo com a CNC (2016), a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), registrou queda de 1,6% em março, em comparação com fevereiro, ficando em 77,5 pontos, numa escala de 0 a 200 – abaixo do nível de indiferença. Essa diminuição aliada a uma cautela maior do consumidor podem explicar a diminuição recente dos níveis de endividamento. Assim sendo, em fevereiro de 2016, 60,8% das famílias afirmaram estar endividadas, recuando para 60,3% em março; apesar de tudo, ainda são números superiores ao ano passado.

O cartão de crédito é uma das modalidades de empréstimo mais comuns e utilizadas, pois garante o recebimento para o comerciante e dispensa a burocracia da abertura de crediário (RAMOS, 2012, p. 48). Segundo a CNC (2016), ele foi elencado como o principal tipo de dívida por 77,3% das famílias endividadas.

No que se refere ao cartão de crédito, 49,3% pagam a fatura mensalmente, ao passo que 32,9% já não o praticam. É oportuno dizer que, de um lado pode haver a facilidade de acesso ao crédito, do outro, a necessidade de se efetuar o pagamento em dia, tendo em vista os altos juros derivados de dívidas atrasadas no cartão de crédito e também com o pagamento mínimo da fatura.

De acordo com a Tabela 13, um ponto preocupante é que 37,1% dos acadêmicos têm de 51% à 75% da sua renda mensal líquida comprometida com as obrigações mensais.

TABELA 13 – Renda comprometida com obrigações mensais

RENDA COMPROMETIDA COM OBRIGAÇÕES MENSAIS	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
De 0% à 25%	32	15
De 26% à 50%	62	29,1
De 51% à 75%	79	37,1
De 76% à 100%	35	16,4
Não tenho conhecimento	5	2,4
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Diante desse aspecto, Jordani et al (2014) ressaltam que muitos acadêmicos contraem dívidas e acabam comprometendo grande parte da renda que ganham, fato esse que, na sua

percepção, dá se em virtude da facilidade de crédito, da inabilidade em lidar com o dinheiro, ou por não haver preocupação em se planejar financeiramente.

4.4 ANÁLISE DO ASPECTO: PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento é indispensável, seja ele na vida pessoal, financeira ou profissional. Por sua vez, este bloco buscou identificar como os acadêmicos planejam seu futuro. A Tabela 14 apresenta as respostas obtidas quanto a esse aspecto.

TABELA 14 – Planejamento financeiro

PERGUNTA	RESPOSTAS FREQUÊNCIA RELATIVA				
	(1)	(2)	(3)	(4)	SOMA
3.1 Não tenho preocupação com meu futuro financeiro.	91,6	4,2	2,3	1,9	100,0
3.2 Tenho preocupação, mas não faço nada em relação a ele.	62,0	21,6	12,7	3,7	100,0
3.3 Já tenho planejamento, mas não o coloquei em prática.	28,6	29,6	28,7	13,1	100,0
3.4 Tenho planejamento, já o coloquei em prática e sigo rigorosamente.	27,2	30,0	28,2	14,6	100,0
3.5 Possuo Previdência Privada.	77,0	9,9	5,1	8,0	100,0
3.6 Deposito mensalmente uma quantia em poupança.	37,6	16,0	22,0	24,4	100,0
3.7 Deposito na poupança quando recebo dinheiro extra.	38,0	12,7	22,1	27,2	100,0
3.8 Não possuo economias.	63,4	17,3	9,4	9,9	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Na percepção de Cherobim e Espejo (2010), devem ser estabelecidas no planejamento financeiro a situação atual e os objetivos futuros que se deseja alcançar. Em relação à preocupação quanto ao futuro financeiro, observa-se que a maior parte dos entrevistados se preocupa com isto; tanto que 91,6% discordaram quanto ao termo “não tenho preocupação com meu futuro financeiro”, já 62% preocupam, mas não fazem nada em relação a ele.

Verifica-se, de acordo com a Figura 3, a disposição dos acadêmicos por curso versus a sua preocupação quanto ao futuro financeiro.

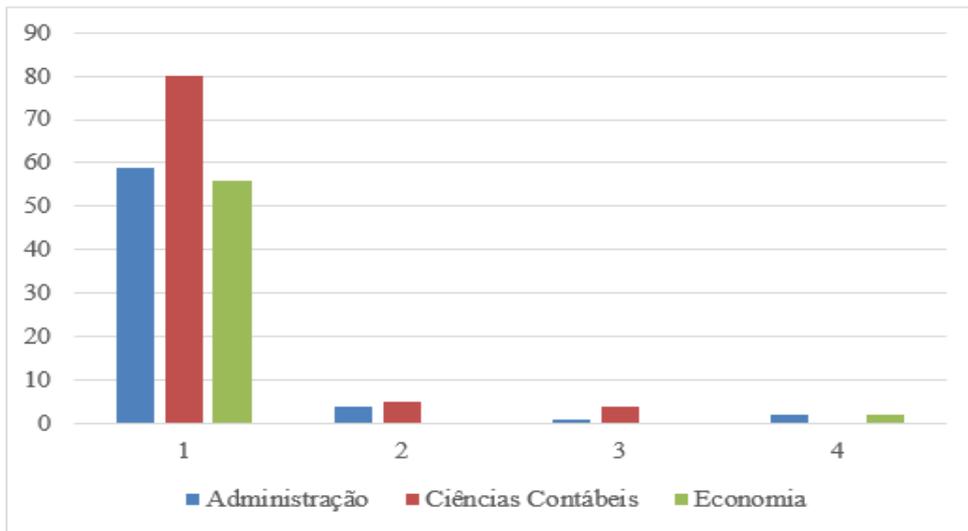


FIGURA 3 - Curso X “Não tenho preocupação com meu futuro financeiro”

Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 3 reforça a ideia de que os acadêmicos se preocupam com seu futuro financeiro, haja vistas que o item 1 – Discordo Totalmente recebeu o maior número de respostas, sendo: Administração (59), Ciências Contábeis (80) e Economia (56); os demais itens atingiram o máximo de cinco respondentes

É oportuno dizer que quanto à prática desse planejamento há um certo equilíbrio entre os acadêmicos, principalmente no que diz respeito à concentração de respostas atribuída aos valores 1, 2 e 3, sendo que 28,6% apesar de ter o planejamento, este ainda não foi posto em prática; e 27,2% não colocou em prática e nem segue rigorosamente. De fato, apenas 13,1% colocaram em prática e 14,6% seguem-no rigorosamente. A maioria deles não possui previdência privada (77%), isso pode ser justificado principalmente pela idade, visto que a maioria dos respondentes tem até 25 anos.

TABELA 15 – Tempo que os acadêmicos manteriam o mesmo padrão de vida após a perda total de suas fontes de rendimentos

TEMPO QUE OS ACADÊMICOS MANTERIAM O MESMO PADRÃO DE VIDA APÓS A PERDA TOTAL DE SUAS FONTES DE RENDIMENTOS	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
Nenhum	50	23,5
De 1 a 6 meses	135	63,4
De 7 a 12 meses	20	9,4
Mais de 12 meses	8	3,7
TOTAL	213	100

Fonte: Dados da pesquisa

Questionados quanto às suas economias, 63,4% discordam quanto ao fato de não possuir. No que se refere a isto, 37,6% não depositam mensalmente uma quantia na poupança, ao passo que 24,4% já o fazem. Quando recebem dinheiro extra, 38% não depositam na poupança, no entanto, 27,2% depositam.

Outro ponto preocupante, é que, em caso de perda total de sua fonte de rendimentos, a maioria (63,4%) só conseguiria manter o atual padrão de vida de um a seis meses, utilizando as suas economias; pior ainda é que 23,5% não conseguiriam o mesmo por nenhum período.

A termos de comparação, há de se levar em conta o estudo realizado por Oliveira (2014) sobre o planejamento financeiro pessoal dos discentes da FACE/UFMG, onde constava 666 acadêmicos regularmente matriculados, obtendo 197 respondentes, representando uma amostra de 30%.

A maioria dos respondentes era do sexo feminino, com idade entre 22 e 25 anos, solteiros, do curso de Administração, primeiro ano de faculdade, funcionários do setor privado, com renda salarial entre R\$ 725,00 e R\$ 1500,00.

Quanto à forma como foram educados financeiramente, atribuíram à orientação recebida pelos pais e ao fato de buscar informações por conta própria, exercendo o controle financeiro pessoal através de papel e planilha eletrônica.

Apresentavam perfil de consumo consciente, visto que pesquisavam antes de comprar, não possuindo dívidas parceladas e dentre as que possuíam, referiam-se a cartão de crédito, contudo, a maioria utilizava até 30% do salário para pagamento das obrigações mensais.

Preocupavam-se quanto ao seu futuro financeiro e tinham planejamento, porém a maioria não havia posto em prática e em caso da perda total da fonte de rendimentos, a maioria não possuía nenhuma reserva financeira, não conseguindo manter o mesmo padrão de vida por nenhum período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi qualificar o perfil da educação financeira, do endividamento e do planejamento financeiro dos discentes de graduação da FACE/UFMG. Para atendê-lo, bem como responder à pergunta de pesquisa, optou-se pela divisão em quatro objetivos específicos. O primeiro objetivo foi alcançado por meio do referencial teórico, que foi estudar teoricamente os aspectos que norteiam as definições de finanças pessoais, endividamento e planejamento financeiro.

Com a realização deste estudo, foi possível identificar, em relação ao perfil dos respondentes que a maioria é do sexo masculino, têm idade de até 25 anos, são solteiros, não possuem filhos, cursam Ciências Contábeis e são do primeiro ano de faculdade; a renda familiar líquida aproximada fica entre R\$ 881,00 e R\$ 1903,98, são funcionários do setor privado e se consideram independentes financeiramente.

Em relação ao segundo objetivo – caracterizar aspectos da educação financeira e das finanças pessoais - constatou-se que a maioria dos acadêmicos foi orientada financeiramente pelos pais e não dispôs desse conhecimento na escola e nem no ensino superior. Percebeu-se também que a maioria não participou de cursos e palestras sobre educação financeira, todavia, sempre se interessou pelo assunto e sempre considerou importante o controle dos gastos pessoais, tanto que, buscou informações por conta própria e considera ter conhecimento de como fazer este monitoramento, efetuando-o por meio do uso de caderneta de anotações, controle do extrato bancário e da fatura do cartão de crédito.

Com vistas a analisar o perfil do endividamento dos acadêmicos, contemplando assim o terceiro objetivo, observou-se, quanto ao consumo, que este é consciente, visto que a maioria deles não compra por impulso ou status, quando compra, é porque planejou com antecedência. Não utilizam limites de cheque especial para o pagamento das obrigações, assim como também não possuem financiamento de veículo, empréstimo bancário, empréstimo com familiares e nem financiamento de imóvel. Os resultados ainda apontaram que realizam mensalmente o pagamento da fatura do cartão de crédito; apesar de tudo, ainda têm de 51% a 75% da renda líquida mensal comprometida com as obrigações.

Por fim, quanto ao planejamento financeiro, identificou-se que a maioria dos acadêmicos se preocupa financeiramente com seu futuro, mas não faz nada em relação a ele. Percebeu-se um leve equilíbrio entre aqueles que se preocupam e colocam em prática e aqueles

que, além disso, seguem rigorosamente seu planejamento. A maior parte não possui previdência privada, o que é justificado pelo fato que são funcionários do setor público e privado e, automaticamente, contribuem para a previdência; e o restante são estagiários/bolsistas; ou recebem mesada ou estão desempregados.

No que se refere às economias, a maioria não deposita mensalmente uma quantia em poupança, nem quando recebe dinheiro extra; utilizando essas economias, só seria possível, em caso de perda total de sua fonte de rendimentos, manter o atual padrão de vida, de um a seis meses apenas.

Em resposta à questão norteadora desta pesquisa: Qual o perfil da educação financeira, do endividamento e do planejamento financeiro dos discentes de graduação da FACE/UFMGD? Percebe-se que os acadêmicos possuem educação financeira, planejamento financeiro (embora este ainda não foi posto em prática pela maioria), compram de forma consciente e planejada, no entanto comprometem muito a sua renda. Refletem um perfil jovem, inseridos no contexto de uma sociedade que não foi educada para pensar no dinheiro, devendo ser levado em conta a sua baixa renda, haja vistas que os gastos, por mais que sejam poucos, são cada vez mais elevados em virtude da alta inflação que assola a sociedade; a inabilidade em lidar com o dinheiro, conseqüente da pouca experiência e a falta de planejamento financeiro na prática.

Na coleta de dados, foi observada a falta de presença dos alunos das turmas concluintes em sala de aula nos dias de aplicação dos questionários como dificuldade encontrada para a realização da pesquisa. Foi observado durante a aplicação do questionário, o anseio dos acadêmicos por palestras e cursos sobre educação financeira, tendo em vista o tema da pesquisa.

5.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Como base para futuras pesquisas, sugere-se uma abrangência maior na população estudada, como por exemplo, a universidade por inteira e, ainda, uma possível análise entre aqueles acadêmicos que estudaram no ensino público e privado. Como o assunto educação financeira é de enorme relevância, fica a sugestão para a incorporação à grade curricular da instituição, na forma de disciplina obrigatória ou eletiva.

6 REFERÊNCIAS

ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica Brasil 2015** – Implantação em 01/01/2015. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>> Acesso em: 20/03/2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520/2002**: apresentação de citações em documentos. Disponível em: <http://www.coenge.ufcg.edu.br/arquivos/Arquivo_39.pdf> Acesso em: 17/06/2015.

BARROS, Carlos Augusto Rodrigues. **Educação financeira e endividamento**. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE, Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://www.fadergs.edu.br/fadergs/user/file/Carlos%20A_R_Barros.pdf > Acesso em: 10/06/2015.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais (conteúdo básico)**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf> Acesso em: 29/07/2015.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas; 2012.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6506>> Acesso em: 03/07/2015.

BM&FBOVESPA. **Como investir na bolsa**. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/como-investir-na-bolsa.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em: 08/07/2015.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf> Acesso em: 08/06/2015.

BRAIDO, Gabriel Machado. **Planejamento Financeiro Pessoal dos Alunos de Cursos da área de Gestão**: estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Estudo & Debate: Lajeado, 2014. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/910/581>> Acesso em: 10/04/2015.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARDOSO, Marina. **Planejamento financeiro pessoal**: estudo junto aos acadêmicos concluintes dos cursos de Administração e Comércio Exterior da UNESC – Criciúma – SC. Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/2351/Marina%20Cardoso.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21/06/2015.

CARTA CAPITAL. **O pacote fiscal do governo pressiona uma economia frágil em meio à incertezas globais**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/834/o-risco-forte-de-recessao-8941.html>> Acesso em 29/06/2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Orgs.). **Finanças pessoais**: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças pessoais**: um estudo de caso com servidores públicos. XII SEMEAD: empreendedorismo e inovação, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>> Acesso em 12/04/2015.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – junho de 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-c-7>> Acesso em: 01/07/2015.

CRUZ, Saulo. **Deputados cobram inclusão da educação financeira em currículo escolar**. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/148232-DEPUTADOS-COBRAM-INCLUSAO-DA-EDUCACAO-FINANCEIRA-EM-CURRICULO-ESCOLAR.html>> Acesso em: 30/06/2015.

CUNHA, Luísa Margarida Antunes da. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914_ULFC072532_TM.pdf> Acesso em: 13/05/2016.

ECONOMIA. **Como investir em fundos?** 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/guias-financeiros/guia-como-investir-em-fundos.htm>> Acesso em: 09/07/2015.

EXAME. **Por medo de riscos, o brasileiro continua apegado à poupança**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/por-medo-de-riscos-brasileiro-continua-apegado-a-poupanca>> Acesso em: 03/04/2016.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; REIS, Alcenir Soares dos. **Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa**. 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>> Acesso em: 19/06/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. Ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GRUSSNER, Paula. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio**. Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21978/000635996.pdf?sequence=1>> Acesso em: 29/06/2015.

IEF – INSTITUTO DE ESTUDOS FINANCEIROS. **Planejamento financeiro pessoal**. 2015. Disponível em: <<http://www.ief.com.br/bolso.htm#planejam>> Acesso em: 01/05/2015.

INFOMONEY. **Finanças pessoais: você sabe efetivamente quais são suas receitas?** 2015. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/673357/financas-pessoais-voce-sabe-efetivamente-quais-sao-suas-receitas>> Acesso em: 29/06/2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **Contabilidade Introdutória**: Equipe de professores da FEA/USP. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORDANI, Paulo Sergio. et al. **Finanças pessoais: um estudo de caso aplicado em uma entidade de Ensino Superior do Oeste Catarinense**. 2014. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2014/down.php?id=950&q=1>> Acesso em: 17/06/2015.

KRUGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/fernandakruger.pdf>> Acesso em: 20/03/2016.

LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, Jaqueline de; LANA, Jeferson. **Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**. IX SEGeT, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>> Acesso em: 15/06/2015.

LOPES, Fabrício Fabiano Moreira. **A importância do orçamento familiar**. Monografia (Graduação) – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD). Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=educa%C3%A7ao+financeira+e+endividamento>> Acesso em: 03/07/2015.

MALLMANN, Fernando S. **Finanças pessoais: quanto, aonde e como investir**. Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração da UFRGS. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16624/000686306.pdf>> Acesso em: 03/07/2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, Flaviani S. Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. **Finanças pessoais**: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/1966> > Acesso em 18/03/2015.

NAKATA, Rogério. **Qual a importância da educação financeira?** 2015. Disponível em: <<http://www.economicomportamental.com.br/>> Acesso em:04/04/2015.

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Assessoria de Comunicação Social. **OECD's Financial Education Project**. OCDE, 2004. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf&prev=search>> Acesso em 08/06/2015.

OLIVEIRA, Matheus de Freitas. **Planejamento financeiro pessoal**: um levantamento com estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE/UFGD. Dourados, 2014, 52 p. Monografia. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Curso de Administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-Prof_Maxwell.pdf> Acesso em: 08/06/2015.

PIRES, Elandro Maicou. **Manual de finanças pessoais**: contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294292>> Acesso em: 08/07/2015.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Cotas de fundos de investimentos**. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/FundodeInvestimento409.html> Acesso em: 08/07/2015.

RAMOS, Izabel. **Finanças pessoais**: um estudo sobre a gestão financeira dos contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá – SC. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1737/Izabel%20Ramos.pdf?sequence=1>> Acesso em: 03/07/2015.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/pt-br.php>>
Acesso em: 09/06/2015.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.41, n.6, p.1121-1141, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>> Acesso em 20/03/2016.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SILVA, Maria de Lourdes da. **Contabilidade pessoal**: uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292629>> Acesso em: 03/07/2015.

SOUSA, Almir Ferreira de; TORRALVO, Caio Fragata. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal**. 2004. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-_A_gest%E3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF> Acesso em: 03/07/2015.

TESOURO NACIONAL. **Conheça o Tesouro Direto**. 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>> Acesso em: 08/07/2015.

UFGD. **Faculdades**. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/face>> Acesso em: 20/03/2016.

WOHLEMBERG, Tiago Ramos; BRAUM, Loreni M. dos Santos; ROJO, Claudio Antônio. **Finanças pessoais**: uma pesquisa com os acadêmicos da Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon. Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR. Marechla Rondon, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/8544/6284>> Acesso em: 03/07/2015.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

Por meio deste questionário, solicitamos a colaboração nesse estudo, que está sendo desenvolvido pela acadêmica JESSICA PATRICIA ALVES BARBOSA, orientado pela prof. Me. Cristiane Mallmann Huppel, Curso de Ciências Contábeis da FACE/UFMG, como requisito parcial para avaliação da disciplina Trabalho de Graduação II (TG II).

Título da pesquisa: Perfil da Educação Financeira, do Endividamento e do Planejamento Financeiro dos discentes da FACE/UFMG. As respostas serão analisadas de forma agrupada por curso e nenhum resultado será divulgado individualmente, os respondentes serão mantidos em sigilo.

Agradecemos pela colaboração.

A seguir, estão descritas **AFIRMAÇÕES** que dizem respeito ao tema Considerando uma escala de 1 a 4, aponte a classificação que melhor lhe identifique, sendo: **1 = DISCORDO TOTALMENTE; e, 4 = CONCORDO TOTALMENTE**”.

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

	Discordo		Concordo	
	(1)	(2)	(3)	(4)
1.1 Fui orientado(a) pelos meus pais sobre educação financeira.				
1.2 Aprendi na escola (ensino fundamental/médio) sobre educação financeira.				
1.3 No ensino superior tive meu primeiro contato com educação financeira.				
1.4 Participei de cursos/palestras sobre educação financeira.				
1.5 Busquei informações por conta própria sobre educação financeira.				
1.6 Nunca tive interesse sobre o assunto: educação financeira.				
1.7 Uso caderneta de anotações para controle de meus gastos pessoais.				
1.8 Uso planilha eletrônica para controle de meus gastos pessoais.				
1.9 Uso extrato bancário para controle de meus gastos pessoais.				
1.10 Controlo a fatura do cartão de crédito.				
1.11 Uso aplicativo no celular para controle de meus gastos pessoais.				
1.12 Não considero necessário controlar meus gastos.				
1.13 Não tenho conhecimento de como fazer monitoramento de gastos pessoais.				

2. ENDIVIDAMENTO

	Discordo		Concordo	
	(1)	(2)	(3)	(4)
2.1 Quando realizo uma compra, é porque planejei com antecedência.				
2.2 Compro por impulso e por uma questão de status.				
2.3 Utilizo limite de cheque especial.				
2.4 Possuo financiamento de veículo.				
2.5 Pago mensalmente a fatura do cartão de crédito.				
2.6 Possuo empréstimo bancário.				
2.7 Possuo empréstimo com familiares.				
2.8 Possuo financiamento de bem imóvel (casa, terreno, etc.).				

2.9 Qual o percentual da renda líquida mensal que está comprometido com obrigações mensais?

- De 0% a 25%
 De 26 % a 50%
 De 51% a 75%
 De 76% a 100%
 Não tenho conhecimento

3. PLANEJAMENTO FINANCEIRO

	Discordo		Concordo	
	(1)	(2)	(3)	(4)
3.1 Não tenho preocupação com meu futuro financeiro.				
3.2 Tenho preocupação, mas não faço nada em relação a ele.				
3.3 Já tenho planejamento, mas não o coloquei em prática.				
3.4 Tenho planejamento, já o coloquei em prática e sigo rigorosamente.				
3.5 Possuo Previdência Privada.				
3.6 Deposito mensalmente uma quantia em poupança.				
3.7 Deposito na poupança quando recebo dinheiro extra.				
3.8 Não possuo economias.				

3.10 Se você perdesse sua fonte de rendimentos, por quantos meses conseguiria manter o atual padrão de vida utilizando as suas economias?

- Nenhum De 1 a 6 meses De 7 a 12 meses Mais de 12 meses

4. PERFIL DO RESPONDENTE

<p>4.1 Gênero: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino</p> <p>4.2 Idade: <input type="checkbox"/> até 25 anos <input type="checkbox"/> de 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> mais de 31anos</p> <p>4.3 Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Divorciado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a) <input type="checkbox"/> União Estável</p> <p>4.4 Frequenta o Curso de: <input type="checkbox"/> ADM <input type="checkbox"/> Contábeis <input type="checkbox"/> Economia</p> <p>4.5 Qual ano você está cursando? _____</p> <p>4.6 Possui independência financeira? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (sou dependente da família)</p>	<p>4.7 Qual a renda familiar líquida (aproximada)? <input type="checkbox"/> até R\$ 880,00 <input type="checkbox"/> de R\$ 881,00 até R\$1.903,98 <input type="checkbox"/> de R\$ 1.903,99 até R\$2.826,65 <input type="checkbox"/> de R\$ 2.826,66 até R\$3.751,05 <input type="checkbox"/> de R\$ 3.751,06 até R\$4.664,68 <input type="checkbox"/> acima de R\$ 4.664,68 <input type="checkbox"/> Não tenho conhecimento de valores.</p> <p>4.8 Se exerce atividade remunerada/profissional, indique em qual se enquadra: <input type="checkbox"/> Estagiário/Bolsista <input type="checkbox"/> Funcionário do setor público <input type="checkbox"/> Funcionário do setor privado <input type="checkbox"/> Empresário / Profissional liberal <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Recebo mesada</p> <p>4.9 Possui filhos? <input type="checkbox"/> Não possuo filhos <input type="checkbox"/> 1 filho <input type="checkbox"/> 2 filhos <input type="checkbox"/> 3 filhos ou mais</p>
--	---

ANEXO I – PL Nº. 3401 DE 2004

Cria a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Deve, portanto, estar em consonância com as demandas atuais da sociedade e tratar das questões que interferem na vida dos alunos e com as quais eles se veem confrontados no seu dia-a-dia.

Nesse sentido, é fundamental que o tema Educação Financeira seja incorporado aos currículos dos últimos quatro anos do ensino fundamental, e do ensino médio.

Conto, portanto, com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de abril de 2004.

Deputado LOBBE NETO

Vice-Líder do PSDB

ANEXO II – REQUERIMENTO À FACE/UFGD

À Secretaria Acadêmica da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE/UFGD

JESSICA PATRICIA ALVES BARBOSA, acadêmica regularmente matriculada no décimo semestre do curso de Ciências Contábeis desta Universidade, vem respeitosamente solicitar a relação da quantidade de acadêmicos matriculados nos respectivos cursos desta faculdade, tendo em vista o desenvolvimento do Trabalho de Graduação II, cujo estudo almeja traçar o Perfil da Educação Financeira, do Endividamento e do Planejamento Financeiro dos discentes da FACE/UFGD.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Dourados, 02 de março de 2016.

Jessica Patricia Alves Barbosa

ANEXO III – RESPOSTA AO REQUERIMENTO

Ofício nº 01/2016/FACE/UFGD

Dourados, 09 de março de 2016

Para:

Jessica Patrícia Alves Barbosa

Acadêmica de Ciências Contábeis

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas/UFGD

Assunto: Solicitação

Prezada acadêmica,

Cumprimentamos Vossa Senhoria pelo desenvolvimento do trabalho de graduação direcionado a analisar discentes da FACE/UFGD.

Atendendo à solicitação da relação da quantidade de acadêmicos matriculados nos respectivos cursos da FACE/UFGD, informamos que para o período de Ano 2015 – 2º semestre totalizamos as seguintes matrículas para os cursos de Graduação da FACE: Curso de Administração: 251 (duzentos e cinquenta e um) acadêmicos matriculados; Curso de Ciências Contábeis: 251 (duzentos e cinquenta e um) acadêmicos matriculados; Curso de Ciências Econômicas: 231 (duzentos e trinta e um) acadêmicos matriculados.

Informamos que acadêmicos de outros cursos também frequentam nossas disciplinas, porém não foram incluídos na totalização.

Atenciosamente,